

Favela como Categoria:

uma Leitura Histórica e Social do Imaginário Carioca

Favela as a Category: A Historical and Social Reading of the Carioca Imagination

Emmanuelle Torres Costa

Doutoranda em História Social na Universidade Federal Fluminense (UFF), mestra em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Especialista em Cidades, Políticas Urbanas e Movimentos Sociais pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Regional e Urbano, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora do *Dicionário de Favelas Marielle Franco*, do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fiocruz. Coordenadora local no projeto Favelas e periferias pelo direito à vida, da Cooperação Social da Presidência da Fiocruz. Educadora popular no pré-vestibular do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, localizado no Morro do Timbau, Maré.

andreasampaio@id.uff.br

RESUMO: Este artigo investiga a construção histórica e social da categoria “favela” no Rio de Janeiro entre as décadas de 1940 e 1960, período marcado pela consolidação dos estigmas urbanos e pela emergência de movimentos de resistência popular. A partir de uma abordagem interdisciplinar, que articula sociologia, urbanismo e historiografia, analisamos como a favela foi forjada como categoria política, jurídica e simbólica, associada à marginalidade e à informalidade. O estudo revisita crônicas, documentos oficiais, reportagens e pesquisas acadêmicas para compreender os discursos que moldaram o imaginário carioca sobre esses territórios. Ao mesmo tempo, evidencia-se o protagonismo dos moradores na luta por permanência, infraestrutura e reconhecimento, revelando a favela como espaço de produção de cultura, identidade e direito à cidade. A análise propõe uma leitura crítica que desafia as narrativas homogêneas e destaca a importância de uma história social das favelas, sensível às singularidades de cada localidade.

PALAVRAS-CHAVE: Favela; História social; Imaginário urbano; Estigma; Direito à cidade; Rio de Janeiro.

ABSTRACT: This article investigates the historical and social construction of the category “favela” in Rio de Janeiro between the 1940s and 1960s, a period marked by the consolidation of urban stigmas and the emergence of popular resistance movements. Through an interdisciplinary approach that connects sociology, urbanism, and historiography, we analyze how the favela was forged as a political, legal, and symbolic category associated with marginality and informality. The study revisits chronicles, official documents, news reports, and academic research to understand the discourses that shaped the Carioca imagination about these territories. At the same time, it highlights the residents’ protagonism in the struggle for permanence, infrastructure, and recognition, revealing the favela as a space of cultural production, identity, and the right to the city. The analysis proposes a critical reading that challenges homogeneous narratives and emphasizes the importance of a social history of favelas, attentive to the singularities of each locality.

KEYWORDS: Favela; Social history; Urban imagination; Stigma; Right to the city; Rio de Janeiro.

Introdução

“Encravada no Rio de Janeiro, a Favela é uma cidade dentro da cidade” (Costallat, 1990). Era assim que Benjamin Costallat, em uma crônica de 1922, se referia às favelas do Rio de Janeiro. Nesta crônica, o autor comenta um pouco sobre sua passagem pelo Morro da Favela, através de seus acessos pelo Morro do Pinto. Logo de cara em sua crônica, Costallat denuncia que se tratava de um “morro do crime”. Para ele, na Favela não se fazia negócio que não fosse por meio da violência, não havia acordos, contratos, senhorios e muito menos divórcios, pois não havia casamentos.

Essa percepção do autor nos indica uma visão tão antiga quanto estereotipada das favelas da cidade. Ainda hoje há quem acredite que nas favelas não se paga imposto, não se faz negócio, que não se paga aluguel, ou que as terras são comunais. Costallat retratou o que a maioria das pessoas, que é estrangeira a espaços categorizados como favela, as enxergam. No entanto, ao longo do tempo, estudos sociológicos, historiográficos e urbanos, indicaram que ao contrário do que se acreditava, as favelas não se tratava de fenômenos espontâneos, como se acreditava até meados da década de 1960, mas sim de um produto do processo de urbanização e industrialização da cidade.

Dessa maneira, é muito pouco provável que não houvesse senhorios no Morro da Favela, atual Providência, na região central do Rio de Janeiro. A historiografia que investigou a ocupação desta localidade já indicou o quanto era uma área de interesse para a classe trabalhadora de baixa renda que circulava naquela região da cidade, mas sobretudo para uma classe burguesa que lucrava com o aluguel de cômodos para as famílias proletárias (Mattos, 2015). Além disso, o autor ainda descreve a paisagem presente na Favela. Menciona córregos que são cortados pelas pontes de tábuas, e indica ainda a presença de um mangue na região. Essas imagens retratadas através de sua descrição, nos permitem remontar o cenário das

favelas cariocas, em que estavam bem mais conectadas com os elementos de natureza que a urbanização acabou por extinguir de nossas vistas, como riachos, córregos e mangues.

A categoria “favela” ocupa um lugar central no imaginário urbano brasileiro, funcionando simultaneamente como descrição geográfica, classificação sociológica e categoria política. Longe de ser uma designação neutra, sua construção histórica revela as tensões e contradições da modernização urbana brasileira, especialmente no Rio de Janeiro, então capital federal e vitrine da modernidade nacional. Este artigo examina a construção social da categoria “favela” entre as décadas de 1940 e 1960, período crucial para sua consolidação enquanto objeto de políticas públicas e campo de disputas sociais.

Historiografia e as favelas: caminhos do encontro

Até a década de 1940, as localidades que eram associadas à categoria “favela” foram objeto de reflexão apenas por parte de cronistas, jornalistas, médicos sanitaristas, e urbanistas contemporâneos ao seu surgimento. À medida que as moradias em favelas iam se expandindo ao longo das décadas de 1940 e 1950, no entanto, notamos um esforço de algumas áreas das Ciências Humanas em compreender aquele fenômeno. Uma das primeiras pesquisas importantes sobre essas moradias surgiu em 1942, quando a assistente social Maria Hortência de Nascimento e Silva, do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, tomou como objeto o Parque Proletário da Gávea, local próximo à PUC-Rio – dando início a outras pesquisas por parte deste departamento nas favelas adjacentes, como o Parque Proletário, mas também a Favela do Pinto e o Largo da Memória.

Ao longo do tempo o volume de produções das Ciências Sociais tomando a favela como objeto também despontou, muito em função do relatório da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS)¹, que continha observações e análises dos aspectos

humanos das favelas cariocas (Brum; Knauss, 2012). O estudo desenvolvido pela SAGMACS marca o início dos trabalhos de campo em favelas do Rio de Janeiro, desenvolvido por um corpo de cientistas sociais e assistentes sociais, estas últimas responsáveis pelas pesquisas *in loco*. O estudo é pioneiro no desenvolvimento de métodos quantitativos e qualitativos para compreensão dos aspectos de cada favela, além de ser o início da construção da favela como um objeto de pesquisa nas Ciências Sociais e em outros campos interdisciplinares. Mesmo assim, o relatório ainda pretendia uma “solução para o problema favela”, que consistia em sua erradicação (Mello; Freire, 2012, p. 35-50).

Contudo, podemos observar, até um período bem mais recente, a ausência de uma perspectiva fundamental para a compreensão do fenômeno favela: a historiográfica. Ainda que alguns cientistas sociais tivessem feito o exercício de contar a história das favelas como ferramenta para a compreensão de seu objeto, tal exercício só foi sendo executado por historiadores ao longo dos anos 2000. Segundo Mário Sérgio Brum e Paulo Knauss, os primeiros trabalhos de historiadores surgiram a reboque não só dos trabalhos das Ciências Sociais, mas também com influência da valorização do patrimônio cultural das favelas, como museus, quadras das Escolas de Samba etc. (Brum; Knauss, 2012). Os autores confirmam o volume de apenas 3% de produções sobre Favela partindo da ótica da História.

Conclusões semelhantes foram afirmadas pela cientista social Lícia Valladares. Graduada em Sociologia pela PUC-Rio em 1967, a autora construiu uma carreira voltada, desde o início, para a pesquisa social em favelas, resultando em 2005 na publicação do livro *A invenção da Favela: do mito de origem ao favela.com*. Ao analisar o lento crescimento das produções neste campo de estudos, Licia Valladares aponta para uma maior preponderância de produção da Sociologia Urbana, Antropologia Urbana e mesmo do Planejamento Urbano tendo como objeto a favela, notando também a baixa produção por parte da História (Valladares, 2005,

p. 136-147). Foi assim por perceber uma carência da perspectiva histórica neste campo de pesquisa que a própria autora se lançou a esta tarefa.

O esforço de Licia Valladares em buscar compreender as origens e os marcos iniciais na história das favelas inicia uma nova perspectiva para este campo de estudos, evidenciando o peso da ausência de uma perspectiva histórica. Por conta disto, a autora analisa uma vasta quantidade de fontes para analisar como se deu a historicidade da construção dos estigmas da favela – como discursos de médicos, jornalistas, urbanistas etc. (Valladares, 2005, p. 55).ⁱⁱ Ao propor a construção de uma análise dos discursos sobre favela, seja na análise de sociólogos ou nos primeiros discursos sobre favela construídos por jornalistas, ela propõe uma “história das reflexões sobre favela”. Por estar preocupada em flagrar os primeiros discursos sobre a favela, ela também faz o exercício de historicizar esse espaço dentro de seu contexto. Não havendo uma “historiografia consagrada” sobre as Favelas até aquele período, a autora trata assim de construir suas próprias perspectivas históricas enquanto cientista social. Por este motivo, o livro *A invenção da Favela* se tornaria um marco nesse campo de estudos, uma vez que reuniu toda a sua experiência dos seus anos de “observação participante” em algumas favelas do Rio de Janeiro. A preocupação bem definida pela autora para a construção de seu livro é tanto a origem da favela quanto a construção de sua representação, ou seja, o processo de *invenção* dela. Assim, podemos observar que a História serviria como ferramenta para Valladares a fim de flagrar o mito origem das favelas na cidade do Rio de Janeiro.

Embora se proponha a enfrentar a história sobre a reflexão em torno das favelas, no entanto, Valladares o faz em perspectiva distante daquela que marca os procedimentos do historiador. Na perspectiva histórica, sabemos que flagrar o marco zero ou a origem de algum fenômeno, como as favelas, pode se tornar um esforço inócuo, visto que afirmações como estas estão sempre passíveis de variações. Ao tentar determinar este marco zero da

categoria favela, Valladares acaba por reafirmar certos mitos como fundadores desta categoria. Ainda que a autora não afirme, por exemplo, que o Morro da Favela foi ocupado somente após o retorno dos combatentes da Guerra de Canudos, acaba atrelando de forma causal a chegada dos combatentes ao surgimento do nome *Favela* para o morro (Valladares, 2005, p. 33). Alguns autores já apontam para a existência de moradias no local anteriores a este momento, e que o nome *Favela* já era utilizado na região por baianos que viviam numa determinada localidade do morro (Mattos, 2008; Gonçalves, 2013). Ainda assim, acabou se naturalizando a associação entre a formação daquela primeira comunidade associada ao termo e o momento da volta dos combatentes de canudos, em especial após o lançamento em 1902 do livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (Valladares, 2005, p. 33-36).

A partir de tal constatação, Valladares demonstra que, mais importante do que flagrar o momento de origem da favela, era preciso compreender os processos de estigmatização e as ferramentas usadas para tal nos discursos produzidos pelos meios de comunicação. A autora aponta que as “representações aparecem fortemente estruturadas pelas preocupações políticas relacionadas à consolidação da jovem República, saúde da sociedade e entrada na modernidade”, a favela representaria assim, todo o atraso e passado colonial que deveriam ser abandonados para o progresso republicano (Valladares, 2005, p. 36). Mostra assim partir de uma definição fechada sobre a favela, que a toma como uma realidade dada desde seu início, sem atentar para os intrincados e múltiplos processos sociais que marcaram a conformação da categoria. A própria autora aponta, no entanto, para a importância de não cair no erro dos antigos discursos acerca das favelas, que acabam por homogeneizar e padronizar a realidade delas, como se fossem “um espaço específico e singular” (Valladares, 2005, p. 149). Elucida assim a necessidade fugir destas homogeneizações sobre tais comunidades, que só pode ser evitada através da perspectiva de uma História Social sobre as favelas que busque refletir sobre a singularidade de cada uma delas, assim como sobre suas

possíveis similaridades.

A trilha aberta por Licia Valladares seria desenvolvida, em 2013, por outro trabalho que se voltava para a análise da história das favelas na capital federal: o livro *Favelas do Rio de Janeiro: história e direitos*, de Rafael Soares Gonçalves. Originalmente uma tese de Doutorado defendida na França em 2010, o livro traz uma grande contribuição para o campo de estudos das favelas, incorporando com maior voracidade a perspectiva histórica. O foco do livro, no entanto, é compreender o processo histórico de construção da favela como categoria jurídica. É em torno desta reflexão que se articula sua análise sobre a história das favelas na cidade.

Ao tratar dos processos de afirmação e ressignificação do conceito jurídico de favela, o autor propõe uma análise que incorpora a dimensão social destes movimentos. Retomando as discussões também feitas por Licia Valladares, consegue com isso demonstrar, a partir de uma vasta pesquisa documental, que a demanda por melhorias nas habitações de favelas existia antes da virada do século XX (Gonçalves, 2013, p. 47-49)ⁱⁱⁱ. Demonstra com isso que as moradias em morros, encostas ou mesmo prédios ociosos da cidade quase nunca surgiram de maneira espontânea, como se dizia nos jornais – em memória reproduzida pelos primeiros Cientistas Sociais a se voltarem para o tema. Em direção contrária, o autor evidencia o envolvimento do governo na ocupação de alguns daqueles morros e terras ociosas – como foi o caso da ocupação do Morro de Santo Antônio, que se deu com indicação das autoridades a fim de abrigar os combatentes regressos da Revolta da Armada (Gonçalves, 2013, p. 45). Desse modo, sua reflexão pensa a história das favelas como parte de uma longa disputa pelo direito à cidade por parte de seus moradores, da qual teria resultado a própria definição da categoria. O autor ressalta assim que, mesmo sendo o Direito um campo composto majoritariamente por integrantes das elites dominantes, ele era marcado pela possibilidade de disputas sociais mais amplas através dos aparatos legais, o que explica a resistência dos moradores de várias destas localidades às tentativas de

remoção (Gonçalves, 2013, p. 376). São essas disputas que se propõe a analisar em seu livro, mostrando que a criação e consolidação do estigma da favela se deu em ambiente de disputas sociais mais amplas.

Analisando algumas destas disputas, mostra como a implementação em 1937 e um novo Código de Obras de 1937 viria a tornar estas relações mais complexas (Gonçalves, 2013, p. 117-126). De teor tão autoritário quanto o governo em exercício, tal código passava a categorizar com todos os detalhes a ilegalidade das favelas da cidade. A partir deste momento, a responsabilização e a perseguição não seriam mais com o indivíduo, e sim com o coletivo que habitava esses locais. Na contramão do que afirma Licia Valladares em sua análise sobre a ausência do Estado nas favelas (Valladares, 2005, p. 23-29), Gonçalves aponta que “a precariedade jurídica – urbanística e fundiária – das favelas sempre serviu de pretexto para legitimar a ausência dos serviços públicos nesses espaços” (Gonçalves, 2013, p. 121), demonstrando que não existia uma presença do Estado, mas do modo que convinha aos interesses dele (Santos, 1982)^{iv}. Foca sua atenção por isso, na segunda parte do trabalho, sobre as redes de apoio e de luta por direitos à cidade construídas a partir da segunda metade do século XX pelos moradores dessas comunidades – como mostrava o surgimento da União dos Trabalhadores Favelados, em 1954. É através deste tipo de associação que o livro aponta para as intensas mobilizações por parte dos moradores em resistência aos despejos que se tornaram possíveis por conta do Código de Obras de 1937. Tendo um triste fim, esta parte termina com o período de remoções das favelas da cidade, por conta dos projetos do governo Carlos Lacerda, atravessados pela ditadura empresarial-militar de 1964-1985.

Gonçalves evoca assim o panorama de disputas sociais por direito à moradia popular na cidade, mostrando como os moradores dessas comunidades se mobilizaram para enfrentar a ação repressiva do Estado. Dado o foco específico do trabalho, no entanto, estas disputas são pensadas a partir da própria categorização das comunidades em questão

como favelas – o que acabou por levá-lo a privilegiar as questões legais e os embates entre os favelados e o Estado. Preocupado com as questões jurídicas, o autor não chega a desenvolver a análise a respeito do próprio processo de constituição desses espaços antes dos estigmas a eles associados, atentando pouco para a experiência mais ampla dos moradores locais naquilo que extrapola suas relações com os sucessivos governos estaduais e municipais. Se tais questões estavam fora do escopo da proposta do livro, no entanto, análises como a de Gonçalves deixam clara a necessidade de enfrentá-las, de modo a tentarmos compreender como aquelas comunidades chegaram a se tornar um problema para o Estado. Seja pelos caminhos analíticos que propõe ou pelos inevitáveis limites das análises que desenvolvem, os trabalhos de Licia Valladares e Rafael Gonçalves apontam assim para a necessidade de enfrentamento desta experiência daqueles que residiam em comunidades associadas à imagem da favela.

Do ponto de vista da história social, no entanto, este é um esforço que demanda outro tipo de estudo: aquele centrado no processo de formação de comunidades específicas, que permita o acompanhamento mais próximo da experiência dos moradores que ajudaram a garantir sua consolidação. Esforços vêm sendo desenvolvidos nessa direção, como os trabalhos: *A Rocinha em construção: a história social de uma favela na primeira metade do século XX* de Mariana Costa e *Cidade Alta: história, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro* de Mario Sergio Brum (Costa, 2019; Brum, 2011). Para além da relevância de estudos mais ambiciosos como os de Valladares e Gonçalves, e como fruto da qualidade das questões por eles levantadas, cabe assim enfrentar mais detidamente o processo de construção social de favelas específicas, para uma investigação mais fina do objeto. Levando em consideração ser esta uma favela que foi alvo das políticas de desapropriação, sua história ficou atrelada apenas ao seu fim, em 1965. Através das análises dos autores lembradas aqui, no entanto, buscaremos compreender a trajetória de formação do núcleo de moradia faveladas, e

consequentemente sua categorização como favela, entendo que nenhum desses processos acontecem espontaneamente. Dessa maneira se tornará possível a compreensão da lógica que moveu o processo de construção social deste espaço, que estava na base das suas disputas com o Estado para a consolidação dessa localidade.

A Mobilização da Categoria pelos Moradores

Desde que os primeiros núcleos de habitação favelada surgiram na cidade, as articulações políticas, negociações e estratégias foram traçadas pelos moradores para garantir a permanência dessas localidades. Gonçalves menciona em seu trabalho, que esse tipo de gestão do território foi o que de fato possibilitou que essas localidades se mantivessem nos espaços que se ergueram, além da possibilidade de disputar por melhorias. Nesse ínterim, havia sobretudo um sentimento de pertença com relação a essas localidades.

Na crônica de Benjamin Costallat, num determinado momento o autor conversa com uma mulher negra, moradora da Favela. Ele a questiona sobre gostar de viver no local, em meio a tanta imundice e precariedade, como ele mesmo pontuou durante todo o conto. A moradora, de maneira surpreendente, indica que gostava de morar ali, que conseguiu organizar sua casa, ou melhor, seu barraco, de forma que ela se sentia confortável. Chegou a mostrar para o estranho que investigava o local seus bordados, sua moringa pintada e decorada com flores, que enfeitavam seu lar (Costallat, 1990). Essas observações, um pouco menos relevantes por se tratar de uma descrição do cotidiano daquela mulher, denunciavam formas de pertencimento com aquele território, que para muitos eram para além de barracos amontoados, eram seus lares, seus espaços de identificação e referência no espaço cidadão.

Uma vez que tomamos como verdade que o processo de construção social do espaço é parte fundamental da produção da cidade e evidencia todas

as disputas que permeiam essa produção, isto é, priorizamos a história e a experiência da classe trabalhadora na compreensão da história dos espaços. Cada espaço da cidade carrega a marca da classe trabalhadora que ali habitou e incidiu na construção espacial. Dessa maneira, as favelas também trazem as marcas da classe trabalhadora que ali habitava. Na favela da Praia do Pinto, por exemplo, podemos verificar uma forte presença de pessoas que trabalhavam com atividade pesqueira, isto pela proximidade com a Lagoa Rodrigo de Freitas e com a praia do Leblon. Já nas favelas da Zona Norte podemos verificar que a maioria dos moradores trabalhava nos setores de serviços e industriais, isto por conta da proximidade com fábricas da região de São Cristóvão e Mangueira, além das casas de famílias burguesas, das quais boa parte das mulheres do Esqueleto prestava serviços domésticos, como lavadeiras, passadeiras, etc... Os costumes que esses moradores constituíram enquanto parte fundamental da experiência e da invenção do cotidiano desses locais, são um resultado das especificidades de cada localidade.

A costura entre a noção de experiência, costumes e de cotidiano, num diálogo entre Michel de Certeau e E. P. Thompson, nos permite compreender de forma integral as relações sociais de cada espaço, demonstrando, para além das interações e suas especificidades, a maneira como essas interações sociais são fundamentais para a construção dos espaços. Os costumes em comum da classe trabalhadora produziram cotidianos diferentes, tanto na Praia do Pinto quanto no Esqueleto, esses movimentos carecem ser analisados e pensados como parte integrada do processo de construção não só desses locais, mas da cidade do Rio de Janeiro.

Neste sentido, podemos entender que assim como o trabalhador que habita determinado local, o constrói, assim como constrói a cidade, e influi sobre esses espaços, também sofre a influência dos espaços que habita. Tal relação está diretamente ligada ao processo de formação e construção de consciência de classe e de territorialidade. Entre as décadas de 1940 e

1960, os moradores das favelas cariocas desenvolveram sofisticadas formas de organização política para resistir às políticas de remoção impostas pelo Estado. Esse movimento, marcado pela diversidade de estratégias e atores, revela um protagonismo político frequentemente invisibilizado na história da cidade.

A União dos Trabalhadores Favelados (UTF), fundada em 1954 pelo advogado Magarinos Torres Filho, representou um marco na luta pela permanência. Com forte influência do Partido Comunista Brasileiro, a organização oferecia apoio jurídico e promovia ajuda mútua entre dezenas de favelas. Moradores como os da Favela João Cândido, localizada às margens da Avenida Brasil, buscaram imediatamente associar-se à UTF quando ameaçados de despejo, demonstrando a capilaridade desse movimento.

Os favelados utilizavam múltiplas estratégias de luta: denúncias nos jornais, articulações com parlamentares, ferramentas jurídicas e mobilizações coletivas. Na Favela do Timbau, quando cercados por batalhões militares em 1955, os moradores procuraram a Comissão de Favelas da Câmara dos Deputados. Na Vila do Vintém, a articulação com a imprensa e a Comissão Parlamentar de Inquérito resultou na vitória contra um grileiro, garantindo a permanência das famílias.

As mulheres desempenharam papel fundamental nas lutas sociais. As mães de diversas favelas se organizavam coletivamente não apenas para tarefas do cotidiano, mas também politicamente, demandando creches, escolas e postos de saúde. Articuladas com a Associação Feminina do Distrito Federal, denunciavam violências estatais e exigiam assistência social para suas comunidades.

Um dos marcos mais significativos foi a resistência em Brás de Pina. Em 1964, quando a localidade foi marcada para demolição, os moradores, apoiados pela Federação das Associações de Favelas do Estado da

Guanabara (FAFEG) e por habitantes de outras favelas, criaram uma barreira física contra a remoção. A vitória não só garantiu a permanência, mas também conquistou ações de urbanização, tornando-se símbolo de esperança para outras comunidades.

A heterogeneidade marcava a luta dos favelados: alguns vinculados à Igreja Católica (como os “operários cristãos”), outros ao PCB, movimentos de mulheres e muitos independentes. Em 1959, o primeiro Congresso de Favelados reuniu essa diversidade, pautando urbanização ao invés de remoção e disputando os sentidos da categoria “favela”.

Esses movimentos revelam que, desde sempre, os moradores de favela compreendiam seu direito à cidade e lutavam coletivamente por ele. A articulação em rede entre diferentes localidades, a ocupação de espaços políticos institucionais e a construção de narrativas próprias demonstram que as favelas não foram resultado de ocupações passivas, mas fruto de intensa negociação, planejamento e resistência política. Esse legado continua influenciando as estratégias de luta dos movimentos sociais de favela até os dias atuais.

A pressão das autoridades municipais impulsionou formas mais organizadas de resistência. Os moradores da Favela do Jockey Clube chegaram a buscar vereadores do PCB para denunciar “demolições em favelas com uso de força policial”, levadas à vereadora Arcelina Mochel pelos próprios habitantes dessas favelas (Tribuna Popular, 21 agosto de 1947). Essas denúncias indicavam que o Estado já tratava esses locais como favela e que “deveriam ser combatidas como tal”. A ilegalização do PCB em 1947 não interrompeu essas articulações, apenas as redirecionou. Os moradores passaram a buscar “parlamentares dissidentes desse partido e outros políticos que fossem mais abertos às suas demandas”, como o vereador Aristides Saldanha, que migrou para o Partido Republicano Trabalhista (Costa, 2025b, p. 124).

Um momento crucial dessa organização foi a criação da União dos Trabalhadores Favelados (UTF) em 1954, fundada pelo advogado Magarinos Torres Filho. Essa associação “foi a primeira a construir uma organização conjunta dos moradores de diferentes localidades da cidade”, tendo sua fundação no Morro do Borel, onde o advogado iniciou sua atuação na defesa dos moradores do local (Pestana, 2013, p. 68). As demandas fundamentais incluíam “permanência das moradias nas localidades, acesso às infraestruturas urbanas e na luta por direitos”.

A Imprensa e a Consolidação dos Estigmas

Desde o início da forja do que seria a categoria “favela”, podemos notar, e a crônica de Costallat ilustra isto muito bem, a maneira como essas localidades eram percebidas por quem era estranho às favelas. Os jornalistas e cronistas do Rio de Janeiro foram os primeiros a subir os morros e favelas da cidade e, não se furtaram em construir sua própria interpretação da realidade que lhes era apresentada naqueles espaços. Durante o século XX, a fotografia foi uma excelente aliada das expedições investigativas nesses locais, produzindo imagens que nos servem para compreender, sobretudo, a realidade das pessoas que ali viviam (Costa, 2025a, p. 128-146).

No caso de Costallat sobre suas andanças no morro da Favela, a associação entre a geografia daquela localidade ao crime, a chamando de “morro do crime” (Costallat, 1990), ainda que em 1922, já nos anuncia que este tipo de relação entre favela e violência/crime se estabeleceria pelas décadas subsequentes. Poucos anos antes, o jornal *Última Hora*, numa reportagem sobre o morro da Mangueira, logo localiza seu leitor de que “o morro da Mangueira, situado na estação desse nome, incontestavelmente está conquistando um lugar de destaque na história do crime” (*Última Hora*, 16 ago. 1919). Em princípio, a reportagem deveria contar sobre o caso de um “crime de honra”, como se intitulava à época. Lucina Maria de Araújo, negra, de 26 anos, havia sido vítima de assédio por parte do

estivador José do Nascimento, negro, vulgo Pernambuco. Após ter sido assediada pelo estivador, e ter negado o interesse no mesmo, Pernambuco insistiu em ter algum tipo de relação com a moça, nesse momento, o companheiro de Lucina aparece e entra numa luta corporal com Pernambuco, que ao sacar uma navalha, golpeia de forma fatal o companheiro de Lucina, acertando-lhe ainda alguns golpes com o cortante.

Histórias como a de Lucina e do estivador Pernambuco eram muito comuns nos jornais da época, e ainda são nos jornais do século XXI. No entanto, por ser retratada com o pano de fundo do Morro da Favela, a relação entre a localidade e violência, promiscuidade e imoralidade logo são postas pelo jornal. Essa associação feita pela reportagem do jornal, bem como a associação feita por Costallat, diz a respeito de uma relação estabelecida através do pensamento eugenista. A teoria eugenista, bem presente em documentos oficiais dos órgãos de Estado do século XX, nos revelam a lente pela qual as classes dominantes lançavam seus olhares para as favelas da cidade.

De acordo com o Censo de Favelas da Prefeitura do Distrito Federal de 1947, as favelas eram espaços de atraso genético, em que a hereditariedade já estaria degenerada pela presença da herança africana e indígena na composição racial da população que ali vivia (Última Hora, 16 ago. 1919). Além do aspecto genético, o aspecto cultural também indicava atrasos daquela população:

O preto, via de regra, não soube aproveitar a liberdade oferecida e a melhoria econômica que lhe proporcionou o novo ambiente para conquistar bens de consumo capazes de lhe garantir um nível decente de vida. Renasceu-lhe a preguiça atávica, retornou a estagnação estiola, fundamentalmente distinta do repouso que revigora, ou então e como ele todos os indivíduos de

necessidades primitivas, sem amor próprio sem respeito à própria dignidade, priva-se do essencial à manutenção de um nível de vida decente, mas investe somas relativamente elevadas em indumentária exótica, na gafeira, e nos cordões carnavalescos, enfim o que lhe sobra da satisfação das estritas necessidades de uma vida no limiar da indigência. Por outro lado, o índio prefere desaparecer a ter que suportar o trabalho organizado (Última Hora, 16 ago. 1919).

No trecho percebemos referência ao período escravista, e ainda uma observação sádica sobre o fim do cativo e o “mal aproveitamento” da liberdade que, segundo a Prefeitura do Distrito Federal, havia sido ofertada à população negra. Essas mensagens contidas nesse trecho, bem como as observações sobre a gafeira e os costumes culturais da comunidade negra carioca, indicam a lente do eugenismo e do racismo, utilizadas na compreensão não somente das favelas, mas da experiência de vida do sujeito negro que vivia em contexto urbano no Rio de Janeiro no pós-abolição da escravatura. Ainda que tentando sobreviver a uma inserção à sociedade de classes totalmente desajustada, essa população ainda tinha seus espaços de resistência e celebração, como as gafeiras, qualificados como espaços de degeneração e triviais. Essa narrativa corrobora para um apagamento das experiências negras na cidade, seja no habitar, no lazer, no rezar, como em outras ações cotidianas que remontam a história de luta da população negra carioca.

Os impressos do século XX, assim como os cronistas e investigadores das favelas, por meio dessas camadas de leitura social, construíram um estigma muito bem costurado sobre as favelas. Ligando a questão racial à violência, e por isso a associação consequente com as favelas. Alguns historiadores, como Beatriz do Nascimento, indicam que esses locais associados à comunidade negra, geralmente vão ganhar os estigmas semelhantes. Além disso, indicou que as favelas seriam espécie de

quilombos, pontos de resistência da comunidade negra, em que ali puderam se fortalecer a cultura, os saberes e as práticas ritualísticas afro-brasileiras (Nascimento, 2021, p. 109-119).

As décadas subsequentes continuaram por reforçar os estigmas de violência nas favelas da cidade. Na década de 1950, um jornal anuncia que o Estádio do Maracanã havia ganhado uma “geografia da morte”, pela proximidade que o estádio tinha da Favela do Esqueleto (Última hora, 01 dez. 1956). Assim como Costallat indicou sobre o Morro da Favela, o jornalista do *Última Hora* teimou em dizer que no Esqueleto “se matava qualquer um”, bem como o colunista que falava do crime de assédio da Mangueira. Essa relação entre morte e favelas, crimes e favelas se deve ao que hoje compreendemos como um “mito da marginalidade”, em que esses espaços são concebidos por meio de uma degradação moral. Esse processo foi estudado atentamente por Janice Perlman, em que a autora buscou a relação entre o discurso de marginalidade nas favelas e suas origens sociológicas e históricas. Logo a pesquisadora estadunidense encontrou suas raízes escravistas, pautadas numa exclusão da população negra e indígena dos direitos básicos de cidadania como a manutenção da desigualdade racial, além do acréscimo da xenofobia com as populações migrantes, principalmente do Nordeste (Perlman, 1981). Todas essas discriminações operavam para a construção do mito da marginalidade e sua manutenção para a elaboração de políticas públicas para esse tipo de localidade. Portanto, a única solução para as favelas era sua extinção.

Ainda na década de 1950 podemos verificar um aumento da presença policial nas favelas na cidade. Podemos encontrar em jornais, além da associação da geografia das favelas à locais de crime ou morte, mas também a ocorrência de “blitz”, “baques” ou “cercos” policiais, palavras utilizadas à época ao que hoje conhecemos como operações policiais (Costa, 2025c, p. 26-53). Neste contexto, os dispositivos que compõem o mito da marginalidade eram acionados pelas autoridades pública para garantir que houvesse o controle desses locais por meio do uso da força.

Bem como os números de recorrência subiram nas páginas de jornais, notamos ainda que o número de pessoas inocentes feridas também passou a crescer (Costa, 2025b, p. 141-166).

Os jornais comerciais, por sua vez, além de retratarem essas incursões policiais, também apoiavam a maneira em que as autoridades atuavam nas favelas, reforçando se tratar de um local essencialmente criminoso. Ainda assim, esses mesmos impressos registravam as queixas de moradores de favela com relação à atuação da polícia nessas favelas. Essa dúbia narrativa que os jornais apresentavam, e ainda apresentam, se trata de uma tentativa do impresso em dialogar com distintos setores da sociedade (Pereira, 2016, p. 1-21). Fossem os moradores de favela que consumissem aquele veículo de comunicação, ou mesmo os setores mais abastados da cidade. Os discursos e narrativas poderiam agradar a gregos e troianos, como se diz no popular. Mantendo, por isso, uma diversidade do público leitor e interlocutor. Alguns jornais eram mais aproximados às camadas populares, como o *Última Hora*, *Correio da Manhã*, *A Luta Democrática*, *Imprensa Popular*, e outros, que buscavam lançar luz sob a perspectiva dos moradores dessas localidades.

Para aprofundar a discussão sobre as fotografias de favela, é essencial considerar a relação entre paisagem, imagem e representação. A paisagem, enquanto construção cultural, não se reduz a um mero espaço geográfico, mas às dinâmicas de poder e significado que lhe são atribuídas. Carl Sauer (1925) argumenta que a paisagem cultural é moldada pelas práticas humanas e não apenas determinada por fatores naturais, destacando o papel das sociedades na transformação e na atribuição de significados ao espaço. No caso das favelas, sua representação imagética tem sido historicamente marcada por um olhar externo que reforça estigmas e categorias urbanas discriminatórias.

Desde seu surgimento no século XIX, a fotografia tem sido um instrumento tanto de documentação quanto de poder, sendo amplamente utilizada em

projetos de catalogação e controle social. No contexto das favelas, essa lógica se manifestou na forma como o Estado e a imprensa empregaram a fotografia para consolidar discursos de marginalização. No entanto, assim como ocorreu em outros momentos históricos, a apropriação da técnica fotográfica por grupos marginalizados tem permitido a construção de novas narrativas visuais, que desafiam os enquadramentos hegemônicos e possibilitam formas mais autênticas de representação.

Conclusão

A análise da categoria “favela” ao longo das décadas revela que ela é muito mais do que uma descrição topográfica, mas sim um complexo produto social, político, urbano e jurídico. Desde as primeiras crônicas, como a de Benjamin Costallat em 1922, que denunciavam o Morro da Favela como um “morro do crime”, até sua formalização legal, nota-se que a categorização foi estruturada por um olhar externo, higienista e racista, que buscava reforçar estereótipos homogêneos sobre a localidade e seus moradores. A imprensa, em particular, desempenhou um papel crucial ao consolidar esses estigmas, associando a geografia do morro à violência, imoralidade e atraso genético, pautada em um pensamento eugenista.

Contrariando a visão dominante que persistiu até meados da década de 1960 de que as favelas seriam fenômenos espontâneos, o avanço dos estudos sociológicos, urbanos e, posteriormente, historiográficos, demonstrou que elas eram um produto direto do processo de urbanização e industrialização da cidade. Trabalhos cruciais, como os de Licia Valladares e Rafael Soares Gonçalves, mapearam a invenção da favela e sua construção como categoria jurídica em um ambiente de amplas disputas sociais pelo direito à cidade. No entanto, esses mesmos estudos apontam para a necessidade premente de desenvolver uma História Social que fuja das homogeneizações e atente para a experiência e singularidade de cada comunidade.

Essa busca por uma perspectiva histórica focada na experiência dos moradores é fundamental para compreender como as comunidades se consolidaram, para além de suas relações com o Estado. As favelas não apenas carregam as marcas da classe trabalhadora que ali habitou, mas também refletem o profundo sentimento de pertença e a invenção do cotidiano que transformava barracos amontoados em lares e espaços de identificação. A mobilização dos moradores, seja através da busca por vereadores para denunciar demolições, seja na organização conjunta promovida pela União dos Trabalhadores Favelados (UTF) em 1954, evidencia uma história de resistência constante contra o aparato estatal, que utilizava a precariedade jurídica como pretexto para a ausência de serviços públicos e para legitimar a repressão policial.

Ao analisar a trajetória de formação de núcleos de moradia específicos, como o Esqueleto, Rocinha, Cidade Alta ou Maré, é possível desmantelar a narrativa do surgimento espontâneo e apreender a lógica que moveu sua construção social. O esforço historiográfico deve, portanto, concentrar-se no processo de constituição desses espaços e nas ferramentas usadas para a estigmatização, a fim de resgatar a experiência daqueles que, por meio de lutas e articulações, garantiram a consolidação de seus territórios. A história das favelas é, em última instância, o registro das disputas sociais por moradia popular, pela dignidade e pela afirmação de um lugar na cidade, desafiando discursos de marginalidade que buscaram justificar sua extinção.

Ainda que durante muitas décadas a categoria “favela” tivesse sido forjada para delimitar um espaço urbano caracterizado pela ausência e degradação, podemos notar o esforço dos moradores desses locais em significar a categoria de uma outra maneira. Desde os primeiros núcleos de habitação favela nos morros da cidade os moradores tentavam demonstrar o quanto esses locais se fazem seus lares, seus locais de pouso, descanso, aconchego, cuidado, diversão, religião. Desde o século passado os moradores desses locais vêm tentando demonstrar o quanto

de afeto existe na construção e permanência desses territórios em meio às políticas públicas que visam apenas seu controle e mitigação. Não à toa são ainda os moradores dessas favelas os maiores produtores e promotores de cultura, saúde, educação e lazer nesses locais. Cumprindo o papel que ainda não foi tomado pelo Estado, em suas múltiplas camadas, mas que lhe cabe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGACHE, Alfred. Plano Agache. Rio de Janeiro: 1930, apud GONÇALVES, Rafael Soares. "Censos e favelas cariocas: a evolução de um conceito censitário". **Anais do Museu Paulista**, vol. 28, p. 3, 2020.
- BRUM, Mario Sergio Ignácio. **Cidade alta: história, memórias e o estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro**. 2011. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- BRUM, Mario Sergio; KNAUSS, Paulo. "Encontro marcado: a favela como objeto da pesquisa histórica". In MELLO, Marco Antonio da Silva; FREIRE, Leticia de Luna (orgs.). **Favelas Cariocas, ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 - Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- COSTA, Emmanuelle Torres. 2025a. "As favelas e a fotografia" in MAIA, Casa Nova Andréa. Carris, Luciene. **Constelações urbanas: cidade, memória e patrimônio em debate**. Rio de Janeiro: Onirá Editora, Selo Novos Griots, 2025. pp. 128-146.
- _____. 2025b. Os movimentos sociais nas favelas do Rio de Janeiro (1940-1965). **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], v. 24, n. 45, p. 26-53, 2025.
- _____. 2025c. **Morte e vida da Favela Esqueleto: a construção social de um espaço marginalizado da cidade do Rio de Janeiro (1934-1965)**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2025, p. 87.
- COSTA, Mariana B. C. **A Rocinha em construção: a história social de uma favela na primeira metade do século XX**. 2019. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2019.
- COSTALLAT, Benjamim. A favela que eu vi. In: **Mistérios do Rio**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural; Divisão de Editoração, 1990.
- GEOGRAFIA da morte. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 1 dez. 1956.
- GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: História e Direitos**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2013.
- MATTOS, Rômulo Costa. Reino do Céu ou território das "classes perigosas"? O morro da Favella no contexto da visita de Felippo Tommaso Marinetti (1926). In: DINIZ, Clarissa; CARDOSO, Rafael (orgs.). **Do Valongo à favela: imaginário e periferia**. Rio de Janeiro: Instituto Odeon, 2015.
- _____. **A "aldeia do mal": o morro da Favela e a construção social das favelas durante a Primeira República**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

- _____. **Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República.** 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- MELLO, Marco Antonio da Silva; FREIRE, Leticia de Luna (orgs.). **Favelas Cariocas, ontem e hoje.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas. In: NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 10-119.
- OS AMORES do “Pernambuco” – um conflito no morro de Mangueira. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 16 ago. 1919.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Da Providência à Favela: os trabalhadores e a ocupação de um morro da região portuária do Rio de Janeiro (1856-1901). **Revista de História**, USP, nov. 2022.
- _____. Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República. **História**, v. 35, p. 1-21, 2016.
- PERLMAN, Janice E. **O mito da marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. **Censo das Favelas – aspectos gerais.** Rio de Janeiro: Departamento de Geografia e Estatística, 1949.
- PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. **Código de Obras de 1937.** 4. ed. Rio de Janeiro, 1937.
- SAGMACS. Aspectos humanos da favela carioca. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 abr. 1960.
- SANTOS, Carlos Nelson dos. A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta. **Revista de Administração Municipal**, n. 165, p. 4, out./nov. 1982.
- SAUER, Carl O. The morphology of landscape. University of California, Berkeley, **Publications in Geography**, v. 2, n. 2, p. 19-53, 1925.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VALLADARES, Licia. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Notas

ⁱ A SAGMACS foi criada em São Paulo de que se tome conhecimento daquele pelo frei dominicano Louis-Joseph problema para melhor lidar com ele.

Lebret, em 1947. O estudo dos Aspectos ⁱⁱⁱ Refiro-me à carta endereçada ao Gerais das Favelas do Rio de Janeiro foi coronel Moreira César, comandante do encomendado pelo jornal paulistano 7.º Regimento do Exército, demandando *Estado de São Paulo* no contexto em que melhorias para as habitações nos morros era discutida a transferência da capital da cidade.

para Brasília. ^{iv} Carlos Nelson dos Santos, arquiteto,

ⁱⁱ A autora menciona aqui um urbanista e antropólogo, chefe do Centro documento enviado após o I Congresso de Pesquisas Urbanas e do IBAM, afirma Brasileiro de Urbanismo, assinado por no artigo que o Estado sempre esteve membros do Rotary Club, demandando presente nas favelas, mas atendendo aos que um estudo completo dos aspectos interesses da elite e de si próprio, não gerais das favelas fosse produzido, a fim dos moradores